

**Conferência “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre  
Alterações Climáticas – da COP 21 (Paris, 2015) à COP 22  
(Marrakech, 2016)”**

**Assembleia da República | 25 de outubro de 2016**

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de  
Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização,  
Poder Local e Habitação,

Minhas senhoras e meus senhores,

Começo por saudar todos os presentes, e muito  
especialmente a Comissão Parlamentar de Ambiente,  
Ordenamento do Território, Descentralização, Poder  
Local e Habitação e o Conselho Nacional de Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável (CNADS), pela iniciativa  
desta conferência.

Minhas senhoras e meus senhores,

Portugal concluiu o processo de ratificação do Acordo de Paris a 5 de outubro de 2016, juntamente com a União Europeia e alguns dos seus Estados Membros, passada a sua assinatura, em 22 de abril, e a sua aprovação por esta Assembleia e pela Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a 30 de setembro.

Paris veio consagrar a urgência de se efetuarem esforços extremamente ambiciosos de redução de emissões a nível global, avançando também com a necessidade dos estados se adaptarem aos efeitos já irreversíveis das alterações climáticas, bem como os esforços de apoio aos países menos desenvolvidos em mitigação e adaptação às

alterações climáticas e na transferência de conhecimento e tecnologias.

Como é do conhecimento público, o Acordo de Paris introduz a meta de não se ultrapassar os 2°C de aquecimento global no final do século, sendo este um nível crítico do equilíbrio climático global, tendo por objetivo limitar este aquecimento a 1,5°C, de forma a manter um risco mais baixo de alteração do clima. O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), entidade no seio das Nações Unidas que conduz os estudos científicos sobre as alterações climáticas, está a preparar um estudo específico sobre os esforços necessários para não se ultrapassar o 1,5°C de aquecimento global, e, de acordo com as recentes declarações da sua vice-Presidente, Ko Barrett, tal deverá

implicar esforços muito mais ambiciosos do que o previsto em estudos anteriores.

Minhas senhoras e meus senhores,

É, assim, necessário, que na próxima COP 22, em Marraquexe, os Estados sejam firmes na necessidade de operacionalizar os mecanismos do Acordo de Paris de forma célere. Este é, na nossa perspetiva, o grande desígnio da próxima Conferência das Partes, pelo qual nos bateremos.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Governo Português irá traçar um percurso de descarbonização total da economia Portuguesa até 2050.

Iremos, assim, iniciar brevemente a revisão do nosso Roteiro Nacional de Baixo Carbono, a concluir até 2018, sendo esta, aliás, uma exigência do próprio Acordo de Paris.

Devemos ter presente, tal como já foi amplamente demonstrado por instituições como a OCDE, que os esforços que venhamos a fazer do ponto de vista da redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa irão

permitir poupanças muito significativas, a médio e longo prazo, nas necessidades de adaptação às alterações climáticas.

E relembro que Portugal será um dos países, no seio da União Europeia, mais afetado pelos efeitos das alterações climáticas.

Este é, assim, um desígnio que contribui positivamente para a economia nacional e para o tecido empresarial, através do surgimento de novas oportunidades de mercado.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nenhum Governo consegue, por si só, através das suas políticas, atingir tão grandes objetivos de transformação económica e social.

Com efeito, o tecido empresarial e a comunidade científica apresentam um papel fundamental para se ultrapassarem determinados obstáculos que consideramos da maior relevância para descarbonizar a economia até 2050.

Este Governo está agora a fazer uma aposta forte na reabilitação urbana, com particular enfoque na promoção da eficiência energética. E, aqui, destaco:

- O aviso que foi lançado para apoiar ações que promovam o aumento da eficiência energética e da utilização de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da Administração Pública, que conta com uma dotação de 100M€ do POSEUR, num total de 200M€ disponíveis. Este programa chegará ao terreno no início de 2017;
- O Programa Casa Eficiente, direcionado para a habitação particular, será implementado através da CPCI e beneficiará de uma linha de financiamento do BEI, no montante de 100M€, e do investimento

de um intermediário financeiro, em montante igual, disponibilizando 200M€;

- E programas mais abrangentes, como o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) que se prevê que chegue ao terreno no final de 2016, disponibilizando cerca de 700M€ ao qual acrescem, em igual valor, os capitais da Banca Comercial.

O sector dos transportes, responsável por 25% das emissões nacionais é outro compromisso deste Governo, na promoção da utilização dos transportes públicos e da mobilidade elétrica. E, aqui, permitam-me destacar o que já fizemos e o que, ainda, queremos fazer:

- Temos previsto no PNR a expansão das redes de metro de Lisboa e do Porto, com um investimento de 400M€;

- Queremos renovar as frotas dos operadores de transportes públicos coletivos de passageiros, mediante o incentivo à aquisição de 500 autocarros a gás ou elétricos, bem como as respetivas infraestruturas de carregamento. Ainda este mês, será lançado o primeiro aviso com uma dotação de 60M€;
- Instalamos o primeiro corredor rápido para veículos elétricos, entre Lisboa e o Algarve, e, queremos, até ao final do ano, completando a instalação dos 50 postos de carregamento rápido para veículos elétricos, para que a mobilidade elétrica deixe de ser apenas um fenómeno urbano. O POSEUR prevê, ainda, um investimento de 4,8M€ que se traduzem no update de 200 pontos normais, a modernização da rede atual (1049 pontos) e a instalação de 404 pontos de carregamento, alargando a infraestrutura

- de carregamento a todos os municípios do território nacional;
- Pretendemos promover o Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - ECO.MOB, financiando 1200 veículos elétricos, até 2018;
  
  - Queremos transformar os parques de táxis em táxis elétricos, abrangendo a renovação de 1.000 veículos;
  
  - Iremos lançar um programa de apoio à expansão da mobilidade elétrica para as frotas municipais que prestam serviços ambientais, com um financiamento de 10M€;
  
  - Fomentamos as redes de partilha de bicicletas nas universidades, através do Projeto U-Bike, que irá apoiar a aquisição de cerca de 3.200 bicicletas e a

gestão do respetivo sistema de partilha, num valor de financiamento de 6M€.

Estamos também a desenvolver políticas e iniciativas no campo da economia circular. Ainda este mês, lançamos o portal [eco.nomia](#) que promove a troca de conhecimento de práticas de economia circular para incentivar a sua aplicação.

Elegemos, também, a economia circular como uma das áreas a que nos vamos candidatar para o próximo programa dos EEA Grants.

Na componente das florestas e uso do solo vamos avançar, já em 2017, com um projeto piloto, no Gerês, para a prevenção de incêndios.

Estamos a mobilizar os recursos financeiros disponíveis do Fundo Ambiental para apoiar ações de combate às Alterações Climáticas em todos estes setores.

Mas, minhas senhoras e meus senhores,

Para além dos apoios e incentivos que este Governo possa conceder, saliento as seguintes áreas que considero terem grande potencial de expansão no seu contributo para a mitigação às alterações climáticas e cujo

envolvimento da comunidade empresarial e científica é fundamental para suprir os atuais constrangimentos:

- Na área das energias renováveis, e Portugal é um paradigma disso, estamos numa fase em que os custos das tecnologias de produção de energia elétrica por fontes renováveis se aproximam dos da produção através das energias fósseis. A resolução dessa questão já está, em boa verdade, nas mãos dos mercados.

Qual é, então o principal obstáculo à sua disseminação, neste momento? As tecnologias de armazenamento de energia e a necessidade de efetuar as ligações de rede transnacionais. O aproveitamento do potencial das energias

renováveis, centra-se, neste momento, nas mãos da ciência e da comunidade empresarial, especialmente no que respeita ao desenvolvimento das tecnologias de armazenamento de energia.

- O mesmo se pode dizer no setor dos transportes, que tem um contributo tão relevante para as emissões europeias.

Neste setor, apesar da evolução tecnológica contínua, existe ainda muito potencial para a ciência e as empresas fazerem emergir tecnologias que utilizem energias de fonte renovável e sejam competitivas em termos económicos.

- E como fomentar uma economia que utilize menos recursos e produza menos resíduos? Novamente, o papel da ciência e do meio empresarial é fundamental, atuando no início da cadeia de valor com o desenvolvimento de produtos que utilizem menos matérias-primas primárias, sejam mais duráveis e produzam menos resíduos.

Minhas senhoras e meus senhores,

A adaptação às alterações climáticas é um desafio em que todos, Governo, empresas e cidadãos somos chamados a participar.

Ao Governo compete:

- Fornecer informação sobre os cenários climáticos para que as empresas e os cidadãos possam planear devidamente o futuro;
- Fazer um trabalho persistente, ao nível do ordenamento do território, até porque haverá locais em que não será possível contrariar as forças da natureza;
- Promover a defesa da orla costeira e as atividades económicas que dela dependem;
- Gerir, prospectivamente, os recursos hídricos disponíveis, promovendo uma utilização custo-eficaz;
- Proteger as zonas de cheias;
- Zelar pela adaptação do sector agrícola e florestal às novas realidades climáticas;

- Prevenir os incêndios florestais;
- Proteger a biodiversidade;
- Implementar medidas de proteção da saúde da população face às novas ameaças, nomeadamente, as ondas de calor e os fenómenos meteorológicos extremos.

As empresas e os cidadãos, por seu lado, deverão ter presente esta nova realidade climática e efetuar as suas opções, para o futuro, em perfeita consciência, incorporando todas as ações possíveis, não só para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, mas também para se adaptarem às alterações climáticas.

Posso deixar alguns exemplos:

- Fazer o reaproveitamento de águas residuais;
- Captar e reaproveitar águas pluviais;
- Zelar por um uso eficiente da água;
- Optar por espécies autóctones;
- Manter a permeabilidade dos solos;
- Efetuar a prevenção de incêndios nos seus terrenos;
- Optar por construções de alta eficiência energética;
- Fazer planos de negócios que contemplem a futura realidade climática.

Minhas senhoras e meus senhores,

O desafio do combate às alterações climáticas é de todos, Governo, meio empresarial, sociedade civil. Este Governo

não poupará esforços, seja no papel direto a desempenhar na redução de emissões e na adaptação às alterações climáticas seja no envolvimento dos demais agentes neste desígnio, para que, em conjunto, possamos vencer esta ameaça que é uma das maiores que a humanidade atualmente enfrenta.